

N.º 27/2025

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2025:

Ao vinte de dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas quinze horas e dez minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Afonso Jorge da Silva Brandão, José Carlos Matias de Sousa, Roberto José Lopes Cortegano, José Paulo Barão Garcia, José Calado Gertrudes, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Maria Joaquim Bonacho Antunes.

ORDEM DO DIA

A Sra. Presidente informa que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara Municipal é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doação

PONTO 2 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030

PONTO 3 – Mapa de Pessoal para o ano de 2026 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

PONTO 4 – Atribuição de apoios não financeiros ao movimento associativo cultura, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

Gabinete de Apoio à Presidência

Pela **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Aceitação de doação

PROPOSTA N.º GAP 01_27-25:

«No âmbito do Programa Mecenias de Palmela, a empresa Original Spot Design, S.A manifestou a sua intenção de doar 55 cabazes compostos por produtos alimentares, artigos de higiene e utilitários para apoiar as famílias vulneráveis do concelho.

Recenseada pela Divisão de Intervenção Social e Saúde, a necessidade urgente de apoiar um conjunto de famílias numerosas acompanhadas pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento, através das instituições locais, torna-se necessário que a Câmara Municipal de Palmela rececione previamente, para posterior encaminhamento, os seguintes bens:

EMPRESA	DONATIVO	DESTINATÁRIOS	VALOR
Original Spot Design, SA NIF:508138841	55 cabazes com produtos alimentares, artigos de higiene e utilitários (roupa de cama e mesa)	Famílias numerosas (com quatro ou mais elementos) beneficiários do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAS) através da Fundação COI; Centro Social da Quinta do Anjo; Cáritas Diocesana de Setúbal - Centro Comunitário de S. Pedro – Cajados	761,23 € (Setecentos e sessenta e um euros e vinte e três cêntimos)

Assim, propõe-se, nos termos do disposto na alínea j) do nº1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara aprove a aceitação da presente doação.»

Sobre a proposta Aceitação de doação, numerada GAP 01_27-25, intervêm:

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** pede escusa à votação da presente proposta.

A **Sra. Presidente** aceita o pedido de escusa.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pela **Sra. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030

PROPOSTA N.º DAFRH 01_27-25:

«Os documentos previsionais para 2026 foram elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), previsto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 setembro, aplicado às entidades do Subsetor da Administração Local (SAL), e cumprem todas exigências previstas no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), preservando a estrutura adotada a partir de 2015.

Foram ainda cumpridos os preceitos legais que antecedem a submissão dos documentos previsionais a deliberação dos órgãos municipais previstos na seguinte legislação:

- Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/1998, de 26 de maio), de que resultou a incorporação de novas ações nas Grandes Opções do Plano, por proposta de eleitos de diversos partidos representados nos órgãos municipais;
- Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude (Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro), com a emissão do parecer do Conselho Municipal de Juventude de Palmela, sobre as «Linhas de orientação geral da política municipal mapa a juventude, constantes no Plano de Atividades para 2026», documento anexo ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026/2030.

Para o ano de 2026, os cálculos das dotações do orçamento da receita foram efetuados com a

base na média dos últimos 24 meses, regras previsionais previstas no Decreto-Lei-54-A/99 de 22 de fevereiro, com as seguintes exceções:

- venda dos bens imóveis que foi calculada com a base na média dos últimos 36 meses, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2025 (cf. n.º 1 do art.º 138º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 dezembro);
- as receitas resultantes das restantes tarifas e taxas foram calculadas de acordo com a média dos 24 meses, acrescidas do valor da taxa de inflação de novembro (como habitualmente utilizou-se a variação média dos preços nos últimos doze meses, fixado pelo INE em 2,4 %).

Em relação aos anos seguintes utilizaram-se os valores de referência de inflação e crescimento do PIB a preços constantes calculados pelo Governo e Conselho de Finanças Públicas.

Em termos financeiros, o enquadramento macroeconómico do orçamento municipal 2026-30 é semelhante ao do ano anterior, mantendo-se uma expectativa otimista, em resultado, nomeadamente da progressiva redução da taxa de inflação e da consequente estabilização das taxas de juro de referência. Permanecem, contudo, os riscos decorrentes dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, ambos com forte potencial para afetar a economia mundial e, por consequência, o contexto económico nacional e local.

Apesar deste cenário macroeconómico, onde se destaca o crescimento moderado do PIB e o clima de incerteza gerado pelo contexto geopolítico, as expectativas para o exercício orçamental de 2026 são positivas, em particular devido à boa execução das receitas próprias no ano corrente (mais especificamente dos impostos diretos e, de entre estes, o IMT), com reflexos diretos no cálculo da receita e no montante do saldo de gerência a transitar, o qual se estima ser muito superior ao do ano transato, sendo por isso expectável um reforço líquido das disponibilidades financeiras do município, o que possibilitará a inclusão de novos investimentos para 2026 e anos seguintes.

Do ponto de vista programático o Orçamento e GOP para o ano económico de 2026 é um documento de transição entre dois mandatos, pelo que, como sempre ocorre, incorpora muitos compromissos financeiros transitados. Contudo, apesar de a margem ser curta tendo em consideração as disponibilidades iniciais, integra já alguns projetos constantes do plano de trabalho para o mandato 2025/29, sancionado no ato eleitoral de 12 outubro.

Financeiramente, a proposta caracteriza-se por:

1. Orçamento

O Orçamento apresenta um valor global de 87,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,4% relativamente ao orçamento inicial de 2025 e menos 9,4 % face ao orçamento em vigor (o qual incorpora o saldo de gerência de 2024).

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza 33,1 milhões de euros, registando um aumento de 9%, continuando a ser o capítulo com maior peso no total da receita (37,9%). O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, calculado com base na média dos últimos 24 meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Participação Variável no IRS, Transferências de Competências no âmbito da Educação, Saúde e Ação Social e a Participação do IVA) totalizam 20,3 milhões de euros e representam 23,3% do total das receitas orçamentadas.

O capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de 3,8 milhões de euros, representa 4,4% do total das receitas. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de 13,1 milhões de euros, representa 15% do total das receitas, registando um acréscimo de 44,7% relativamente a 2025.

Apesar das receitas ordinárias (receitas próprias mais transferências do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais) se situarem nos 71 milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de 87,4 milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao PRR, no âmbito da Habitação, transferências de competências no âmbito da educação, ação social e saúde, bem como de verbas provenientes de investimentos financiados pelo Estado e de financiamento de empréstimos de médio e longo prazo. As despesas com investimento situam-se nos 21 milhões de euros no orçamento inicial.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: 52,5 milhões de euros (60,1%), dos quais 21 milhões correspondem a investimento (40,1%);
- Pessoal: 32,6 milhões euros (37,2%);
- Despesas não imputadas às GOP: 2,3 milhões euros (2,7%).

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura da Receita e Despesa para o ano 2026.

unidade: euro

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Impostos Diretos	33 101 649,00	37,9%	Pessoal	32 556 126,00	37,2%
Impostos Indiretos	1,00	0,0%	Aquisição Bens e Serviços Correntes	22 050 908,00	25,2%
Taxas Coimas e Outras Penalidades	3 809 951,00	4,4%	Encargos Correntes da Dívida	682 130,00	0,8%
Rendimentos de Propriedade	15 003,00	0,0%	Transferências Correntes	8 608 575,00	9,8%
Transferências Correntes	20 929 506,00	23,9%	Subsídios	850 000,00	1,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	13 108 106,00	15,0%	Outras Despesas Correntes	428 050,00	0,5%
Outras Receitas Correntes	15 000,00	0,0%			
Total Receitas Correntes	70 979 216,00	81,2%	Total Despesas Correntes	65 175 789,00	74,5%
Venda Bens de Investimento	34 268,00	0,0%	Aquisição de Bens de Capital	21 041 655,00	24,1%
Transferências de Capital	10 288 218,00	11,8%	Transferências de Capital	487 931,00	0,6%
Passivos Financeiros	6 123 241,00	7,0%	Ativos Financeiros	0,00	0,0%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,0%	Passivos Financeiros	725 120,00	0,8%
Total Receitas de Capital	16 445 729,00	18,8%	Outras Despesas de Capital	100,00	0,0%
Outras Receitas	5 650,00	0,0%	Total Despesas de Capital	22 254 806,00	25,5%
Total Receita	87 430 595,00	100,0%	Total Despesa	87 430 595,00	100,0%

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de 5,8 milhões de euros, que financia despesas de capital. Nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a regra do equilíbrio orçamental é cumprida, existindo um diferencial positivo de 4,9 milhões de euros.

Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de 60 milhões de euros, dos quais 52,5 milhões com financiamento assegurado, aumentando 3,6% quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de 2025, e apresenta a seguinte estrutura:

OBJETIVO	Total		
	Total (€)	Definido (€)	Não Definido (€)
Funções Gerais	8 516 662	7 708 662	808 000
Serviços Gerais da Administração Pública	6 279 514	5 611 514	668 000
Segurança e Ordem Públicas	2 237 148	2 097 148	140 000
Funções Sociais	41 623 100	35 826 467	5 796 633
Educação	7 150 513	6 918 013	232 500
Saúde	3 135 767	2 967 767	168 000
Segurança e Ação Social	1 169 280	1 169 280	0
Habituação e Urbanismo	4 879 475	4 757 199	122 276
Ordenamento do Território	78 177	23 177	55 000
Saneamento	5 735 438	4 635 438	1 100 000
Abastecimento de Água	1 780 953	1 580 953	200 000
Resíduos Sólidos	10 230 120	7 269 463	2 960 657
Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	2 216 926	1 814 726	402 200
Cultura	2 902 987	2 468 987	434 000
Desporto, Recreio e Lazer	2 343 464	2 221 464	122 000
Funções Económicas	8 077 930	7 552 930	525 000
Indústria e Energia	1 778 187	1 478 187	300 000
Transportes e Comunicações	5 678 328	5 553 328	125 000
Comércio e Turismo	393 410	293 410	100 000
Outras Funções Económicas	228 005	228 005	0
Outras Funções	1 811 802	1 420 912	390 890
Total	60 029 494	52 508 971	7 520 523

2. Atualização da Tabela de Taxas

A Lei 53-E/2006, no seu n.º 1 do Artigo 9.º, refere que os orçamentos anuais das autarquias podem atualizar os valores das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação, princípio transposto para o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Palmela (cf. Artigo 5.º do RTTM). Nesse sentido e face ao crescimento de preços verificado e seu impacto na estrutura de custos do município, considera-se imprescindível atualizar as taxas municipais, de acordo com a variação do índice preços no consumidor (IPC) dos últimos 12 meses em novembro, fixado pelo INE, em 2,4 %.

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais,

aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030, bem como a atualização dos valores da Tabela de Taxas em 2,4%, ao abrigo do n.º1 do artigo 9.º da Lei 53-E/2006, na sua atual redação, com exceção dos valores que nela constem que sejam fixados por disposição legal específica e da taxa prevista no n.º 5 do Capítulo VII do RTTM.»

Sobre a proposta Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030, numerada DAFRH 01_27-25, intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta todos os presentes e começa por referir que, devido à tomada de posse tardia, considera que o presente orçamento foi preparado de forma apressada, pelo que, provavelmente, será uma cópia do anterior.

Informa que o Partido Chega entende que podiam chegar mais longe no que diz respeito, por exemplo, à proteção civil, uma área que lhe é pessoal. Como conhece que, praticamente, não têm bombeiros voluntários, pois são muito poucos, considera que, cada vez mais, a proteção civil é de enorme importância quer ao nível do país, quer do concelho.

Observa que estão a seguir um caminho em que, mais tarde ou cedo, terão de refletir seriamente sobre a forma como vão gerir ou colaborar com os corpos de Bombeiros existentes no concelho, uma vez que se torna, cada vez mais, difícil a gestão das associações, sobretudo devido aos elevados custos associados aos equipamentos e às viaturas. Mais observa que os equipamentos destinados aos bombeiros apresentam um encargo significativo e que é do conhecimento geral que as corporações vivem com muitas dificuldades nessa área. Nesse sentido, entende que deviam começar a ponderar, a nível autárquico, uma maior comparticipação junto dos corpos de bombeiros.

Transmite que não encontrou nenhuma novidade relevante no que respeita ao financiamento destinado às corporações, pelo que sugere que, se possível, no futuro, se reforce o financiamento, sobretudo no que diz respeito aos equipamentos de proteção individual. Alerta que a maioria se encontra a trabalhar com equipamentos já bastante ultrapassados e recorda que os equipamentos de proteção para combate aos fogos florestais têm, por exemplo, um prazo de validade de cinco anos, pelo que não acredita que os prazos estejam a ser cumpridos, nem que, atualmente, existam equipamentos em condições adequadas para fazer face ao que poderá surgir no próximo verão.

Relativamente à Palmela Desporto, acredita ser possível fazer num outro tipo de gestão com as verbas que são transferidas.

Termina, referindo que, pelo exposto, o Partido Chega vai abster-se na proposta de orçamento.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** cumprimenta todos os presentes e agradece aos técnicos da Câmara Municipal que elaboram o documento, pela complexidade do mesmo, sendo que conseguem, ainda assim, introduzir algumas novidades técnicas e de análise.

Refere que estão no início de um novo ciclo autárquico, o qual considera infeliz, pelo facto de ser mais um mandato da CDU em Palmela com o apoio do PS. Informa que, por esse motivo, não tinha esperança de ver algo de muito diferente no documento e naquilo que se projeta para Palmela quer para 2026, quer nos próximos anos. Observa que, apesar de se tratar de um novo ciclo, as caras não são novas, nomeadamente a da Sra. Presidente, que esteve no executivo há 12 anos, a qual considera ter contribuído bastante para este tipo de visão para Palmela ao longo dos anos. Assume que não esperava agora nenhum milagre, pelo que tem visto e ouvido neste início de mandato de governação CDU/PS, e refere que sente alguma tristeza para Palmela, pois, pior do que não sentir nenhuma evolução e ver mais do mesmo, constatar um retrocesso, um andar para trás em direção ao passado.

Mais refere que, como de costume, o orçamento inicial começa sempre com o valor mais elevado de sempre, fazendo com que o saldo de gerência também vá aumentando, com obras e projetos que passam para o orçamento seguinte, perpetuando-se no tempo, pela incapacidade da Câmara Municipal de as executar.

Menciona que vão sendo crescentes as obrigações da descentralização de competências, as obras que dependem sempre dos fundos comunitários, mesmo que a Câmara Municipal, que se gaba de boa autonomia financeira e de equilíbrio financeiro (situação que se verifica), não faça nada para chegar mais rápido às necessidades mais prementes dos cidadãos.

Antes de passar à análise mais pormenorizada do documento, refere que continua a não ver refletida qualquer visão estratégica, ambição ou um rasgo de imaginação, com algo de novo, mesmo tratando-se do início de um novo mandato.

Relativamente ao documento, refere que a receita total se cifra em 87,4M€, sendo mais cerca 4,4M€ face ao orçamento inicial de 2025 (+5,4%) e menos 9,6M€ (9,4%), em relação ao orçamento atual (que já inclui o saldo transitado de 2024).

Realça que, para o ano de 2026, existe a previsão de um saldo de gerência de 17,9M€, que significa que irá transitar, uma vez mais, muitas obras e muito investimento de 2025 para 2026, sendo, por isso, mais um ano não chegou aos munícipes.

Assinala as razões para o aumento da receita, que incidem praticamente na receita corrente, nomeadamente Receita corrente 71M€: +5M (+7%), Impostos diretos - 33,1M€: + 2,8M€ (+9%), IMT: +4M€, Derrama: -1,8M€, Taxas e outras penalidades: (+1,2M€), Transferências Correntes (+0,5M€); Transferências estado (+1,5M€), Participação IRS (+0,55M€), Participação IVA (-0,2M€), Receita capital até diminui - 16,4M€ (-0,6M€).

Alerta que, na página 26, no quadro do equilíbrio orçamental, o valor não está correto, pois a despesa corrente tem o valor do ano anterior e não de 2026, pelo que solicita esclarecimento.

Relativamente às Grandes Opções do Plano (GOP), menciona que, no ano de 2026, existe um crescimento de 1,8M€ (+ 3,5%), em relação ao ano de 2025 (de 50,7M€ para 52,5M€).

Destaca as maiores subidas, dando como exemplos a Saúde, de 2,1M€ para 2,9M€ (+37,8%), com um valor de +0,6M€ para Cooperação institucional do Centro de Saúde de Quinta do Anjo; Habitação e urbanismo, de 3,7M€ para 4,7M€ (+27,4%), que cresce devido à Estratégia Local Habitação; Segurança e ordem pública, de 1,6M€ para 2M€ (+28%), devido à obra do posto da GNR de Poceirão; Proteção do meio ambiente e conservação da natureza, de 1,1M€ para 1,8M€ (+60,8%); Desporto, Recreio e Lazer, de 1,6M€ para 2,2M€ (+33,7%), essencialmente para a pista simplificada atletismo Pinhal Novo e Serviços Gerais da administração pública, de 4,7M€ para 5,6M€, entre os quais o Edifício da Coopinhal, com mais 0,275M€, uma obra que tem constado os anos nos orçamentos, e também uma verba em combustíveis e lubrificantes com +0,44M€.

Faz também menção às maiores descidas, destacando o Saneamento, de 5,6M€ para 4,6M€ (-16,9%), com a infraestruturização geral: - 0,25M€, sistemas de drenagem: -0,4M€ e sistemas de tratamento ETARS: -0,3M€; Abastecimento de Água, de 1,8M€ para 1,5M€ (-13,8%), com especial relevo para a Rede de distribuição: -0,4M€; Indústria e Energia, de 1,7M€ para 1,5M€ (-14%) e Outras Funções Económicas de 0,691M€ para 0,228M€ (-67%).

Considera que o crescimento do montante destinado às Grandes Opções do Plano, de 3,5% em relação a 2025, resulta do facto de grande parte de obras e investimentos, que já eram prometidos em anteriores exercícios e que, ano após ano, se repetem, sem que se tornem realidade, e de verbas transferidas de fundos comunitários.

Quanto às Funções Gerais, destaca aspetos relacionados com os Serviços Gerais da Administração Pública e com a Informação e Comunicação.

Aborda assuntos referentes às Instalações Municipais, nomeadamente a Reabilitação do "Edifício Coopinhal", cuja intervenção de reabilitação e transformação para acolher serviços já constava nos orçamentos dos anos 2023, 2024 e 2025. Neste sentido questiona se será uma realidade no ano de 2026. Observa que será mais um ano que continuam as eternas obras no Edifício nos Paços do Concelho.

Transmite que as referências à Informação e Comunicação (página 40) são muito vagas, com muita propaganda e poucos resultados, idêntico aos anos anteriores, continuando a aposta no Projeto Setúbal Península Digital da AMRS, sem uma estratégia séria de digitalização dos serviços.

Considera bonita a frase "No início de um novo mandato, e sendo fundamental acompanhar os desafios de uma sociedade global em constante mudança, torna-se necessário investir em recursos técnicos, capacitação das equipas e atualização da comunicação digital para abranger os diferentes públicos e interesses.", mas depois não vê aqui nada plasmado no documento que diga que se irá concretizar.

No que concerne à Segurança e ordem pública (página 44), refere que o capítulo da Proteção civil e luta contra os incêndios tem, uma vez mais, parágrafos exatamente iguais e a continuidade de projetos que já se previam implementar no ano passado, dando como exemplo "proceder à

revisão do plano externo para a Hempel” ou” Concluir o processo de elaboração e implementação do Plano especial de emergência para o Centro Histórico de Palmela”.

Realça que na Segurança existe o exemplo onde o executivo podia ter uma ação preventiva de intervenção num problema emergente, quer no nosso distrito quer no nosso concelho, e não tem, mesmo que os indicadores oficiais dos relatórios de segurança interna demonstrem o aumento da criminalidade. A título de exemplo, faz referência à vídeo vigilância em zonas mais sensíveis, que tem reduzido a criminalidade em concelhos que a adotaram, projeto que, por diversas ocasiões, sugeriu e tem sido ignorado.

No capítulo das Funções Sociais (páginas 46 e seguintes), aborda as temáticas da Educação, Saúde, Ordenamento do Território, Saneamento, Abastecimento de Água, Resíduos sólidos e Limpeza Urbana e Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza.

Refere que no primeiro trimestre de 2026, o Município conclui a revisão da Carta Educativa de Palmela, que está em vigor desde o ano de 2006, tendo sido pagos 28.000€ ao ISCTE para que a que tivesse terminada em setembro de 2024. Esperam que a conclusão se verifica agora e revela a sua estranheza e surpresa por ter encontrado, após uma pesquisa na página do Agrupamento José Maria dos Santos do Pinhal Novo, uma Carta Educativa de Palmela para 2025-2035, colocada em outubro de 2025. Por esse motivo, solicita esclarecimento.

Relativamente à Escola Básica de Palmela, lembra que também já estava referida, nos mesmos termos, nos anos 2020, 2021 e 2022, 2023, 2024, 2025. Observa que é sempre grande o destaque a este projeto, que vai no seu 5º ano, sem se verificar qualquer desenvolvimento. Destaca a inclusão de uma nova escola para Pinhal Novo.

Faz menção à continuidade da ampliação e requalificação das Escolas Básicas Hermenegildo Capelo (Palmela) e José Maria dos Santos (Pinhal Novo), à ampliação da Escola Básica de Cabanas, à requalificação do logradouro da Escola Básica Alberto Valente, à remodelação de cozinhas de apoio e espaços adjacentes da Escola Básica n.º 2 Olhos de Água, n.º 2 de Palmela e Batudes ou à requalificação das Escolas Básicas de Aires, Cajados e João Eduardo Xavier, lembrando que todos estes projetos já constavam nos vários orçamentos de anos anteriores.

Quanto à Saúde (página 48), dá nota que esperava ver algo de novo, pois, quando vê o empenho que o PS tem tido para dar suporte ao executivo da CDU, acreditou no que o **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** tanto publicitou na campanha eleitoral e que considerou ser uma boa proposta, porque todos querem captar médicos para o concelho. Refere que não tinha as contas que foram apresentadas e que nunca se iria comprometer com uma medida que não faria ideia se era realizável, mas, ao ser apresentado um valor anual de 85.000€, para 10 médicos/ano, com um subsídio de alojamento e mais 2500€ numa única vez, pensou que a proposta seria refletida no documento, situação que não se verificou.

No capítulo do Ordenamento do Território, salienta a continuidade, como em orçamentos anteriores, de um Estudo sobre “Delimitação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias”, com principal

impacto nos aglomerados urbanos e que, noutros anos, era sobre o impacto da Ribeira da Salgueirinha. Questiona se o estudo já foi realizado e qual a conclusão do mesmo, pois constata a existência de cada vez mais cheias quando chove muito e que a Ribeira da Salgueirinha ficou pior, em alguns troços, do que estava antes das intervenções feitas, alagando muito mais do que anteriormente. Lembra que, todos os anos, terminava em 2021, em 2022, a 2.ª fase em 2023 e, depois, em 2024 e 2025 e agora, prevê terminar em 2026. Tem conhecimento, tal como quem mora no concelho, que a 1.ª fase não está concluída e existem problemas que não estão resolvidos, pelo que, todos os anos, continuam a ver a conclusão da Ribeira da Salgueirinha no orçamento.

No Saneamento, verifica uma redução da verba em relação ao planeado para 2025, de -1M€ (-16,9%). Transmite que, nas infraestruturas, existe texto e um conjunto de obras que já constavam em 2025, como é o caso da finalização da Rua dos Couceiros e adjacentes, ou da Rua Zeca Afonso. Apresenta também o exemplo da obra de infraestruturização geral na Rua Manuel João de Lima Simões, em Quinta do Anjo, que já estava prevista no documento do ano passado, pelo que solicita informação quando a mesma será iniciada e executada.

No que tange ao Abastecimento de água, verifica uma redução da verba, em relação ao planeado para 2025, de -0,2M€ (-13,8%) e menciona que não tem havido resolução para as roturas frequentes que existem no concelho, com zonas que ficam, muitas vezes, horas e horas sem abastecimento de água e sem qualquer aviso, bem como para a falta de pressão no abastecimento de água em algumas zonas do Pinhal Novo.

Referindo-se aos Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana, assinala que se trata de mais um ano de reforçar e sensibilizar a fiscalização como forma de combater os focos de poluição provocados por abandono ilegal de resíduos, mas não vê qualquer melhoria. Considera a recolha do lixo está pior, existindo, cada vez mais, queixas, assim como na limpeza urbana. Observa que tem conhecimento da justificação de sucessivas falhas na Amarsul e que existe muita falta de civismo, mas constata que não se vê melhorias e mais fiscalização, quando sabem que estes são dos problemas que a população de Palmela mais se queixa.

Faz referência à expansão da recolha de resíduos porta a porta e da recolha de bio resíduos, com o texto exatamente igual ao de 2024, e relembra uma questão que já colocou, algumas vezes, em reunião de Câmara Municipal, relativa à que fase se encontra esse projeto que apresentou bons resultados nas zonas onde começou a ser implementado, com satisfação dos munícipes, cujo alargamento, de forma mais lesta, tarda a concretizar-se por outras zonas do concelho, apesar de, todos os anos, vir plasmado no documento.

Nas Funções Sociais, conclui com o capítulo da Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, transmitindo que, no âmbito da OIL, o texto era exatamente igual nos anos de 2024 e 2025, e salienta a requalificação do jardim Ferreira da Costa, no Poceirão, e do jardim de Águas de Moura que continuam mencionados.

Relativamente às Funções Económicas (página 63 e seguintes), considera que um dos maiores problemas de Palmela está na gestão e melhoramento da rede viária municipal, no asfaltamento de estradas e na promoção da mobilidade e da acessibilidade, pelo que não compreende que se fale, todos os anos, de projetos que continuam por terminar, como a requalificação da Avenida de Palmela, em Poceirão, e a Avenida da Liberdade, em Águas de Moura (no orçamento para 2023), bem como outras obras que estão referidas e já vêm de orçamentos de anos anteriores.

Conclui que o orçamento “é mais do mesmo”, pois o documento tem muitas repetições, muitas vezes com parágrafos inteiros, com descrições idênticas a orçamentos anteriores, que não foram executadas no ano passado e nos orçamentos anteriores, pelo que não acredita que sejam executadas em 2026.

Considera tratar-se de um orçamento que, mais uma vez, pensa pouco nos contribuintes e abdica, novamente, da totalidade da participação variável no IRS, uma proposta que o PSD apresenta desde 2015 que não teria grande impacto na receita do orçamento municipal e que seria sempre compensado pelo crescimento da economia e do emprego. Destaca que, uma vez mais, existe um incremento da receita de 0,55M€ da verba transferida pelo Estado da participação do IRS.

Refere ser um orçamento que não corresponde em nada à visão que o PSD tem para a autarquia, nem na forma de gestão que o partido tomaria se fosse maioria.

Entende que uma autarquia local tem de ser a primeira, pela proximidade que tem com a população, a chegar a todos nas suas necessidades mais prementes, independentemente a quem estejam atribuídas certas competências.

Mais considera tratar-se de um documento onde dificilmente se percebe um fio condutor e uma estratégia de desenvolvimento, pois não existe, mais uma vez, ambição para o concelho e nem se verificam medidas significativas capazes de atraírem investimento que traga um verdadeiro desenvolvimento económico para Palmela.

Termina, referindo que a CDU e o PS continuam a perpetuar o imobilismo e a estagnação, que pouco acrescentam em relação ao que já conhecem, pois não apresentam nenhuma novidade ou inovação, limitando-se a ficar confortáveis com o que já era feito no passado.

A **Sra. Vereadora Maria Joaquim** cumprimenta todos os presentes e refere que irá complementar o que o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** e o **Sr. Vereador José Calado** referiram.

Lê o documento que se transcreve:

“Os documentos provisionais e o orçamento para 2026 que hoje discutimos são do ponto de vista técnico e formal documentos equilibrados e em conformidade com a lei. No entanto aquilo que nos trazem aqui, não é apenas a legalidade do orçamento, mas sobretudo as opções políticas que ele traduz. É nesse plano que surgem as nossas primeiras divergências e estamos a falar de um orçamento superior a 87,4 milhões de euros. Um valor expressivo que

devia permitir ao Município dar um salto qualitativo no desenvolvimento do Concelho e a questão central, porém, não é quanto gasta, mas onde se investe e com que prioridades e com que visão estratégica. Desde logo ao nível da receita mantém-se uma forte dependência dos impostos diretos, nomeadamente do IMI, do IMT e da Derrama. Esta opção continua a expor o Município às oscilações do ciclo económico e imobiliário sem que se vislumbre uma estratégia clara da diversificação da base económica local ou da criação do valor sustentável. Ao nível da despesa, o orçamento confirma aquilo que já tem sido uma tendência: um peso muito elevado da despesa com o pessoal e com o funcionamento da máquina municipal. Reconhecemos a importância dos recursos humanos, mas é legítimo questionar se esta estrutura não está a limitar a capacidade de investimento em áreas verdadeiramente estruturantes para o futuro do concelho. No que respeita ao investimento, as alterações agora apresentadas, introduzem um conjunto significativo de novas ações, desde já as requalificações pontuais, estudos prévios, projetos, pequenas intervenções, distribuídas pelas várias freguesias. No entanto, aquilo que este conjunto revela é um excessivo dispersão de investimentos sem que a hierarquização clara das prioridades e sem um projeto desmobilizador para o concelho. Vemos verbas para edifícios municipais, equipamentos, espaços verdes, estudos, projetos e manutenção de infraestruturas, mas falta uma estratégia integrada que liga estas ações ao um desígnio maior. Governa-se muito no imediato, mas continua a faltar uma visão estruturante para o médio e longo prazo. Gostaria aqui, também de sublinhar o elevado volume de verbas inscritas como "a definir" que resulta em muitos casos de alterações introduzidas pós e pré proposta. Esta prática fragiliza a transparência orçamental e reduz a capacidade de escrutínio por parte da oposição e dos próprios munícipes. Decisões políticas relevantes acabam por ficar adiadas, fora do debate público que deveria acontecer aqui. No plano social, apesar de algumas intenções positivas, como reembolso das Bolsas de Estudo, não encontramos um reforço verdadeiramente robusto nestas áreas, onde os problemas são mais graves, nomeadamente na habitação, no apoio aos jovens, na fixação da população ativa. As respostas continuam a ser insuficientes face à dimensão dos desafios. Também na área ambiental, apesar de se identificarem investimentos em manutenção, alguns projetos pontuais, não existe uma estratégia clara e ambiciosa da transição ecológica. Trata-se da adaptação às alterações climáticas ou inovação ambiental em que coloque Palmela na linha da frente destas políticas.

Sra. Presidente, este orçamento não é um orçamento tecnicamente errado, mas é um orçamento politicamente pouco ambicioso, excessivamente prudente e marcado pela continuidade. Administra o presente, mas não prepara o futuro. Mantém a máquina a funcionar, mas não transforma o Concelho. A oposição entende que Palmela precisa de uma visão mais estratégica, com mais coragem política e escolhas mais claras, daí que precisamos de um orçamento que coloque as pessoas no centro das decisões e enfrente sem receios os desafios sociais, económicos e ambientais que temos pela frente. Por essas razões não

podemos acompanhar estes documentos provisionais e este orçamento. Sendo assim, como referiu o Sr. Vereador José Calado iremos abster.”

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** cumprimenta todos os presentes e recordar o que foi mencionado na primeira reunião de Câmara Municipal, onde tinham uma perspetiva de governabilidade do concelho, que só é conseguida em função do apoio do Partido Socialista. Transmite que o apoio do Partido Socialista que é vertido nos diferentes pelouros que foram atribuídos aos seus dois vereadores tem que, de alguma forma, estar contemplado no orçamento, porque não vale a pena serem titulares de cargos se não tiverem condição para concretizar aquilo que são as aspirações das pessoas.

Concorda com o **Sr. Vereador José Calado** quando menciona a questão da proteção civil não estar muito plasmada e refere que já ouviram **a Sra. Presidente** falar sobre a matéria, aquando do aniversário dos Bombeiros Voluntários de Palmela. Considera que a questão da central única, que crê que cada um tinha no seu programa eleitoral, tem que avançar.

Sobre as questões relacionadas com a Coopinhal, esclarece que vão avançar e que, até ao final do mês de fevereiro de 2026, haverá uma proposta para ser discutida.

Relativamente à coexistência que têm tido com a CDU, observa que tem trazido uma discussão, tal como **a Sra. Presidente** sempre partilhou, saudável e salutar e que lhes dá gozo, na perspetiva que estão a tentar construir algo que possa ser um pouco diferente do que tem sido a realidade.

Quanto à afirmação de que o orçamento é copiado do ano anterior, observa que, se qualquer dos vereadores fosse presidente da Câmara Municipal, teria condições para fazer muito diferente, porque o orçamento está “encapuçado” naquilo que foram os orçamentos e compromissos anteriores, pois teriam dificuldade em deixar tudo o que está plasmado, concretizado e pensado e avançar com um orçamento completamente novo. Considera que, daqui a um ano, podem pensar em fazer diferente, pois acabam por não concretizar um conjunto de projetos porque ficam “fechados” naquilo que são os compromissos que vêm de trás, sejam bons ou maus.

Realça que, se os dados forem concretizados, estamos perante o maior orçamento que a Câmara Municipal de Palmela teve que, com a incorporação de 17,5M€ de saldo, rondará os 105M€.

Dá nota que nem sempre os orçamentos tiveram esse crescimento nem foram superiores de ano para ano, todavia considera que estes orçamentos lhes dá uma capacidade para poderem intervir melhor. Observa que, relativamente aos seus pelouros, existe uma necessidade de intervir nas questões dos edifícios municipais, assim como na aquisição de viaturas (de transporte, maquinaria e equipamento).

Sobre a questão colocada pela **Sra. Vereadora Maria Joaquim** relativamente à rubrica “a definir”, esclarece que não existe alternativa, porque têm que colocar as verbas que resultam dos 17,5M€ que o saldo irá possibilitar incrementar em fevereiro. Partilha que 7,5M€ estarão

disponíveis para essa área, que não poderão retirar para outro lado, e que os outros 10M€ irão ser usados onde entenderem. Em relação aos 7,5M€ “a definir” observa que é preferível estarem considerados, pois, caso contrário, não o tinham em compromisso.

Transmite que, ao ouvir o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** referir uma alegada imobilização e estagnação, observa que “se é para isso, não está cá a fazer nada” e que considera que tal situação não corresponde à realidade. Entende ainda que o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** assume uma posição e uma perspetiva diferentes, que opta por não classificar.

Concorda ser um orçamento marcado pela continuidade, pois não têm alternativa, mas considera que têm um ano para tentar perceber até que ponto conseguem incorporar novas ações, atividades e mecanismos de transformação, sendo esse o desafio.

Sobre a questão de as receitas correntes financiarem as despesas correntes, menciona que é uma das “chaves” grandes do Município, mas continua a entender que a mesma é muito relevante, pois a margem é significativa para que isso possa acontecer.

Faz referência ao reforço de verbas a atribuir às Bolsas de Estudo, mas se o PS tivesse ganho seria diferente, pois tinham prometido que iriam pagar as bolsas e as propinas de todos alunos do concelho que estão no ensino superior. Realça a Casa Capelo, o Cine São Gonçalo e o espaço multiusos para o Pinhal Novo, para projeto, situação que traduz ação, visão e perspetiva.

Considera que a estrutura orgânica parece desfasada da realidade e que o documento está “rendilhado”, com falta de alguma transformação e muito extenso (com 243 páginas).

Em relação às questões da locação financeira de viaturas para o Município, refere que lhe parece ser muito relevante e dá nota que teve um reforço no sentido de poderem consagrar algo. Partilha que o Município tem 149 viaturas, das quais 61 têm menos de 15 anos e as outras 88 têm mais de 16, sendo que 22 têm mais de 26 anos. Considera que o parque automóvel de viaturas deveria ter sido, há alguns anos, alvo de uma intervenção, para que não chegassem à atual condição. Observa que o facto de existirem 10M€ que ainda estão “a definir” para o próximo ano, não existem condições para investir a totalidade nessa matéria, embora tenham que olhar, de uma forma clara e objetiva, que premeia, de alguma forma, o bem-estar de todos e a necessidade de não terem despesa acrescida pelas constantes e sucessivas avariadas que existem nas diferentes máquinas e viaturas.

Informa que, sem contarem com as escolas e com as ETAR, existem 108 edifícios municipais, 45 da própria Câmara Municipal, 23 arrendados, 15 cedidos a outros, 16 cedidos à Câmara Municipal e 8 são da área saúde. Refere que, na sua grande maioria, estes edifícios, essencialmente antigos, não têm tido uma capaz manutenção. Considera que existe a necessidade olhar para os edifícios de uma forma efetiva, agregada e o mais conciliadora possível, pois alguns encontram-se encerrados por razões de segurança, e dá como exemplo a Escola de Arraiados, que poderia alojar pessoas desalojadas e que, de momento, não pode ser utilizada.

Sobre a medida de fixação de médicos no concelho – os 10 médicos, a quem se atribuiria 2.500€, de uma vez, e pagaria 500 €, todos os meses, para a sua habitação, totalizando os 85 mil euros/ano – dá nota que será um dos assuntos que estará em cima da mesa na quarta reunião de Comissão de Acompanhamento e Monitorização da implementação de transferência de competência em saúde que se irá realizar no dia 30 de dezembro, pelas 9h, na Biblioteca Municipal de Palmela. Salaria que não deixou a medida cair, mas quer perceber junto, da ULSA (Unidade de Saúde da Arrábida), se a mesma está a considerar a medida, tal como havia sido informado. Assume que procurará perceber o que existe e se conseguem ter médicos que fiquem no concelho e que não tenham, única e exclusivamente, a USF (Unidade de Saúde Familiar) de Pinhal Novo e de Palmela a funcionar. Observa que é necessário de ter outro tipo de resposta, pois não existe uma resposta direta quando chegam a outras unidades de saúde. Considera que estas são as condições para conseguirem desenvolver um trabalho que sirva, essencialmente, todos os municípios.

Deixa uma última nota relativamente ao PDM (Plano Diretor Municipal) e ao que se encontra vertido nas páginas 52 e 53 do documento, onde se aborda a implementação e execução, considerando que a redação revela alguma "ligeireza". Entende que as matérias relacionadas com o PDM exigem um trabalho aprofundado e participado por todos, no sentido de se alcançarem posições consensuais, evitando-se a repetição de perda de tempo, como ocorreu anteriormente.

Em termos de obras assume que irão concluir os Paços do Concelho e o antigo edifício da GNR em Palmela, bem como iniciar a Coopinhal e o edifício Palmela Conquista.

Por fim deixa o apreço aos técnicos que executaram o documento e à coexistência que tem existido entre o PS e a CDU no sentido de conseguirem a conciliação de muitas posições que levam o Partido Socialista a votar favoravelmente o orçamento.

O **Sr. Vereador Afonso Brandão** refere que, quando em campanha política se fazem promessas às pessoas, é essencial saber, à partida, se as mesmas são exequíveis. Salaria que foi demonstrado que tal não é ainda conhecido e afirma que o Partido Chega não faz política dessa forma. Aprecia a medida e deseja a sua implementação, mas manifesta desapontamento pelo facto de, neste momento, não se saber se a mesma é ou não possível.

Sobre a tecnicidade do orçamento, refere que ouviu muitas coisas interessantes, mas não têm termos de comparação com os orçamentos anteriores. Afirma que consegue perceber, pelas afirmações do **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, que existe alguma repetição em obras que transitam de uns anos para os outros. Quanto ao facto de que não se conseguiria fazer um orçamento diferente, porque estão a herdar um orçamento, considera que a herança surge de uma coligação do PS com a CDU, situação que não vê problema, pelo que irão dar um voto de confiança a quem tem os pelouros e tem o dinheiro para aplicar, deixando a certeza que, no próximo ano, serão muito mais exigentes relativamente ao orçamento. Dá nota que que não vão

gostar de ver rubricas repetidas, pois trata-se de uma questão de rigor, porque querem ver as obras executadas a tempo do orçamento.

Termina a referir que gostariam de ver um orçamento mais objetivo, que não deixasse transportar, para o próximo ano e de forma sistemática, as mesmas rubricas.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta todos os presentes e, sobre a questão colocada pelo **Sr. Vereador Roberto Cortegano** sobre a Carta Educativa, relembra que no dia 23 de setembro de 2025 foi enviado um email, para o endereço do PSD, dando nota da apresentação, no Conselho Municipal de Juventude, da referida Carta e que a mesma iria ser colocada na plataforma, no dia 29 de setembro de 2025. Partilha que receberam o parecer positivo da tutela, no dia 11 de novembro, e que, na discussão do orçamento com os membros da Assembleia Municipal, da qual o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** não estava presente, informou que é objetivo e intenção do executivo apresentar, previamente, o documento aos Srs. Vereadores e aos líderes de bancada de cada partido, antes da sua discussão nos respetivos órgãos, situação que irá acontecer no início do próximo ano.

Sem prejuízo do que o **Sr. Vereador Paulo Garcia** possa vir a aludir em algumas áreas e porque considera que não deixa de ser responsável pelo orçamento anterior, deixa algumas notas. No que respeita questão ambiental e em resposta à **Sra. Vereadora Maria Joaquim**, observa que importa referir que Palmela não está na linha de trás relativamente aquilo que são os planos estratégicos do ambiente, pois tem o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas aprovado, o Plano Local das Adaptações Climáticas aprovado e um roteiro da neutralidade carbónica, tudo a custo zero e os dois últimos referenciados, através da Agência da Energia e do Ambiente, foi aprovada uma candidatura, tendo esses documentos sido desenvolvidos em conjunto com a academia e agentes económicos do Concelho. Informa que, neste momento, apenas falta concretizar o PAC – Plano de Ação Climática.

Observa igualmente que a matéria do ambiente é transversal a toda a atividade da autarquia. Transmite que, numa visão integradora e sistémica, quando estão a fazer a limpeza das linhas de água, a realizar desratizações e desinfestações, a investir nas ciclovias e na mobilidade suave ou a pagar 1,65M€ à Carris Metropolitana, encontram-se a investir no ambiente. Acrescenta ao investimento no ambiente as ações e efemérides que se realizam com as escolas, com as camadas mais jovens e as remodelações e investimentos das redes de água ou de saneamento.

Quanto à referência à redução do investimento no saneamento, apresentada pela **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, dá nota que as necessidades do concelho não são as mesmas de ano para ano que, se no ano anterior, se investiu muito mais é natural que, no ano de 2026 (sem deixar de existir necessidade de continuar a investir nas redes de abastecimento e saneamento), exista uma menor necessidade. Dá como exemplos o investimento, de 1,5M€, na zona da Lagoinha/Vale de Touros/Olhos de Água, o novo furo da Fonte da Vaca, em Pinhal Novo e outras remodelações. Esclarece que, nos três últimos anos, o investimento municipal nessas áreas foi muito elevado, o

que não significa que não tenha que ser dada continuidade, mas justifica porque que não existam as mesmas necessidades, relativamente ao ano anterior.

O **Sr. Vereador Paulo Garcia** cumprimenta todos os presentes e agradece o esclarecimento prestado pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**. Sobre a questão de algumas rubricas/ações constarem, há vários anos, em orçamento, esclarece que existem projetos e procedimentos que não se concluem num único ano, como o caso de alguns arruamentos com estudos prévios e projetos, dos quais são necessários procedimentos. Mais esclarece que existem diversos casos onde, além do tempo de demora a desenvolver todas as fases, os concursos ficaram desertos, pelo que é necessário desenvolver no procedimento e concurso para que se possam efetivar as obras que estão previstas. Reforça que não se trata apenas da obra, pois existem várias as etapas que são necessárias realizar para desenvolvimento de todo o procedimento e que, normalmente, os investimentos avultados que não se concluem num ano.

A **Sra. Presidente** começa por observar que os Srs. Vereadores foram aduzindo muitos argumentos em relação às muitas questões que foram colocadas e pelo que irá comentar e dar algumas respostas às mesmas.

Menciona que acompanha a preocupação colocada relativamente ao facto de terem muito pouco tempo para refletirem aprofundadamente sobre o documento. Recorda que, no ano de 2005, a data das eleições passou do mês de dezembro para outubro, tendo como princípio que os executivos eleitos pudessem contribuir para a construção dos novos documentos previsionais. Considera que, atualmente, essa possibilidade é maior, porque na circunstância anterior o plano já teria sido aprovado aquando a tomada de posse que se registava no mês de janeiro, mas observa que, ainda assim, o tempo é muito curto. Explica que considera curto para os serviços esperarem as propostas do executivo para começarem a trabalhar e para os eleitos refletirem e acordarem os temas e projetos a incluir entre si que, no caso da recente, com a pluralidade existente no executivo, se torna objetivamente muito difícil de o fazer em tempo útil.

Refere que existe outra razão de fundo, sendo por isso que irá contrariar alguns argumentos que foram utilizados.

Lembra que estão perante um documento plurianual, que tem de contemplar todas as intervenções, em todas as suas dimensões, nos mais variados passos que cada ação contempla. Esclarece que, para lançarem uma obra, têm de repetir o nome no documento, pois, no ano em que identificam o início do procedimento, apenas consideraram o estudo prévio, havendo a necessidade de, posteriormente, desenvolver um procedimento ou fazer um concurso para adjudicar um projeto em concreto. Dá nota que, ainda na fase do estudo prévio, existem vários passos a dar em determinadas obras, como sondagens ou procedimentos no âmbito da arqueologia, que levam muito tempo e contribuem para marcar o ritmo dos procedimentos, situação que ocupa tempo e trabalho durante o mandato. Apresenta outra razão, que já foi

evocada várias vezes, que se prende com o comportamento do mercado nos últimos anos e a não resposta às necessidades do investimento do país, que considera gritante, pois tiveram várias obras no concelho de Palmela que ficaram desertas ou os concorrentes, por uma ou outra razão nos procedimentos concursais e das regras, ficaram excluídos, situação que impossibilita determinar, com exatidão, o tempo para implementar um procedimento ou iniciar uma obra. Refere que acresce ainda o tempo que a própria obra pode ter por imprevistos.

Reforça que é necessário que todos entendam que as ações são plurianuais, que têm um conjunto de passos que têm de ser dados e que os mesmos têm de vir plasmados nas GOP, razões pela qual se verificará a repetição das mesmas obras repetidas, pois não existe outra forma de o fazer.

Quanto à existência de continuidade, pensa que os/as Senhores/as Vereadores/as compreendem que assim seja, desde logo porque existe muito trabalho feito pelo executivo anterior e preparado para que fosse dada a necessária continuidade. Refere que não acharia normal que se eliminasse das Grandes Opções do Plano um conjunto de ações positivas que fazem falta no Município, de intervenções que foram programadas ao longo de anos ou obras que têm de acontecer, para introduzir novas obras – que também são necessárias. Quando se fala do Município e das suas necessidades estão a falar do que faz falta e todas as que forem incluídas, com exceção de uma ou outra que algum eleito não esteja de acordo, são aceites por todos. E isto justifica a continuidade e ninguém sentiria com qualquer motivação ou conforto para anular propostas de trabalho que estão em cima da mesa e que fazem falta ao Concelho.

Espera ter oportunidade de um saldo de gerência bastante significativo, que dará a oportunidade de ter uma boa parte da discussão que não puderam ter na presente fase. Ainda assim, partilha que tentaram considerar, e a proposta contempla isso, pequenas ações, pois tiveram a preocupação de sinalizar objetivos e propostas de cada um dos grupos políticos, por vezes só com verba simbólica ou com verba “a definir”, porque no orçamento inicial, com as disponibilidades que têm de momento, não podiam acrescentar obras novas. Realça que, com muita ou pouca expressão financeira, estão identificados, significando o compromisso para o futuro.

Sobre o erro identificado pelo **Sr. Vereador Roberto Cortegano** em relação ao quadro 29 de equilíbrio orçamental esclarece que o mesmo foi corrigido.

Chama também atenção para o quadro da página 28, que apresenta a evolução do comportamento da receita e da despesa e do saldo de gerência ao longo dos anos, entre o ano 2021 e o ano 2030. Refere que se conclui que, no ano de 2021, foi mais pequeno, no ano de 2022, foi maior, no ano de 2023, mais ou menos igual, em 2024, mais pequeno, 2025 maior e, no ano 2026 será, substancialmente, maior, sendo que preveem oscilação aos anos seguintes, pelo que considera que não corresponde à verdade que o orçamento tenha sempre o mesmo comportamento de continuar a crescer. Dá nota que, no ano de 2026, existe uma razão muito concreta para o crescimento do orçamento, pois o mesmo verifica-se em função do comportamento das receitas, que resultará do aumento das receitas de IMT (Imposto Municipal

sobre Transmissões Onerosas), que é um imposto que resulta muito da dinâmica do mercado e que será a fruto das várias propostas que vão acontecendo no concelho. Lembra que, quando se trata da compra e venda, não existe intervenção do Município e resulta da procura que se verifica no concelho e da dinâmica que o mercado consegue imprimir. Lembra que as características do IMT, quando têm um comportamento positivo, aumentam a disponibilidade do Município, pois a única alternativa seria a transferência direta do Orçamento de Estado. Observa que existem municípios que têm muito menos dinâmica económica e social e menos receitas próprias, pelo que são muito mais dependentes no seu orçamento das receitas do Orçamento de Estado, mas também mais limitados. Manifesta a sua satisfação pelo facto do Município de Palmela ter uma saudável relação entre as receitas próprias, pois, quando são maiores, permite contar com maiores disponibilidades financeiras, situação que não se verifica quando são menores, porque a comparticipação do Orçamento de Estado não vem compensar a quebra de receita nos anos em que ela acontece (e já aconteceu em 2009 e 2011, com a crise económica da época em que a receita diminuiu e o Orçamento de Estado não compensou). Menciona ser importante existir saúde financeira, embora possa existir discordância sobre a forma onde se aplica o dinheiro.

Refere também que existe uma outra forma de ler a informação e que lhes dá uma outra perspetiva de dimensão mais "arrumada" do investimento. Dá nota que, quando fazem as somas de todos os investimentos pelas diversas funções, se observa que a presente proposta inclui 10,2M€ para os resíduos sólidos, 7,5M€ para o saneamento e abastecimento de água, 7,1M€ para educação, 6,2M€ para todas as despesas de administração geral, 5,6M€ para transportes e comunicações, 5,2M€ para cultura, desporto e lazer, 4,9M€ para habitação e urbanismo, 3,1M€ para saúde, 2,2M€ para segurança e ordem pública (não está incluída a verba da proteção civil), 2,2M€ para proteção do meio ambiente e 1,7M€ para indústria e energia, pelo que é possível perceber onde estão os principais investimentos da autarquia e quais são as suas funções essenciais que não podem deixar de ser cumpridas. Partilha que gostaria que o grosso dos investimentos não fossem realizados nos resíduos sólidos, porque era um ótimo sinal e não teriam que afetar 10M€ dos recursos ao tratamento de resíduos. Manifesta que gostaria de afetar metade da verba à educação, à cultura ou ao desporto, com outros equipamentos que querem fazer e não é possível.

Concorda com o **Sr. Vereador José Calado** quando partilha as suas preocupações em matéria da proteção civil e sublinha que o Município de Palmela tem feito sempre um grande esforço para acompanhar as necessidades das suas corporações de bombeiros, que são um pilar indispensável de segurança no concelho, no entanto e mantendo todos os compromissos assumidos até ao momento, não estavam em condições de os rever, mas mantém essa disponibilidade.

Sobre o saldo de gerência, esclarece que o mesmo não resulta de nenhuma reserva para, no final do ano, fazer crescer o orçamento. Mais esclarece que, no essencial, o saldo de gerência resulta de facto de terem uma receita que não é possível acomodar durante o ano, porque a previsão da mesma incide sobre o cálculo efetuado sobre os dois anos anteriores, pelo que, caso exista um

aumento da receita, não a podem aplicar no ano em curso, sendo que, automaticamente, o mesmo será refletido no orçamento do Município através do saldo.

Sublinha outro aspeto que está relacionado com as prioridades, que vão ter oportunidade de vir a discutir. Lembra as obras em curso referidas pelo **Sr. Vereador José Carlos de Sousa**, como a Coopinhal e o edifício Palmela Conquista, e espera que se consiga identificar mais, nomeadamente nas instalações municipais com o desenvolvimento de um plano de remodelações. Partilha que se trata de um plano que terá medidas a curto, médio e a longo prazo, pelo que constarão, muitas vezes, nos documentos previsionais ao longo de vários anos.

No conjunto, considera ser um documento equilibrado e agradece o esforço dos dirigentes, técnicos e trabalhadores em geral, porque, ainda que tenha o objetivo de reduzir a dimensão do documento, crê que fica mais fácil para todos analisar. Observa que se trata de um documento tecnicamente muito educativo para quem o lê e muito bem construído, pelo que valoriza o trabalho de todos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com os votos a favor da CDU e do PS, a abstenção do CHEGA e o voto contra do PSD. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Divisão de Recursos Humanos

PONTO 3 – Mapa de Pessoal para o ano de 2026 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

PROPOSTA N.º DAFRH_DRH 01_27-25:

«De acordo com o regime estabelecido na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, ambos na atual redação, compete ao município, na qualidade de entidade empregadora pública, aprovar anualmente, conjuntamente com o Orçamento, para vigorar no ano seguinte, o Mapa de Pessoal, que constitui um instrumento previsional de planeamento e gestão de recursos humanos.

A elaboração da proposta de Mapa de Pessoal, em consonância com os art.ºs 28.º e 29.º da LTFP, tem subjacente o levantamento previsional de necessidades permanentes e temporárias dos diversos serviços municipais, em alinhamento com a respetiva missão, atribuições e competências, numa lógica de visão integrada e dinâmica respeitando a sustentabilidade económico-financeira.

A proposta de mapa de pessoal para 2026, contém os postos de trabalho relativamente a: (i) cargos de direção intermédia de 1º, 2º e 3º grau, bem como equiparados; (ii) três carreiras gerais (técnico superior, assistente técnico e assistente operacional); (iii) carreiras especiais de fiscal e de sistemas e tecnologias de informação; e (iv) carreiras subsistentes de fiscal de obras,

de serviços de águas e saneamento, bem como de leituras e cobranças.

O mapa consagra o total de 1.503 postos de trabalho, dos quais 1.251 se encontram ocupados e 240 vagos – alguns destes (104) cativos para salvaguarda de provimento nas respetivas categorias de origem de trabalhadoras/es que se encontram, atualmente em regime de mobilidade intercarreiras/intercategorias, regime de comissão de serviço em cargos dirigentes, períodos experimentais, cedência de interesse público e mobilidades na categoria em outras entidades públicas – e 14 postos de trabalho a criar, para futuros provimentos.

Os postos efetivamente vagos a criar, visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento, a efetivar no âmbito de procedimentos concursais, alguns deles a tramitar e outros a desencadear, ou com recurso ao instrumento da mobilidade, para suprir necessidades permanentes ou temporárias de serviço existentes, com acréscimo e complexidade de responsabilidades, por forma a permitir mitigar a falta de capital humano em áreas técnicas e também operacionais (designadamente na área de ação educativa, para substituições temporárias).

Salienta-se que, durante o ano de 2025, no âmbito dos diversos serviços municipais, efetivaram-se 21 reafetações, bem como 3 mobilidade intercategorias (2 encarregados na área operacional e 1 coordenadora técnica na área administrativa) e 1 mobilidade intercarreiras (carreira especial de fiscalização para a carreira geral de assistente técnico), as quais, precedidas da concordância das/os respetivas/os trabalhadoras/es, tiveram subjacentes razões de conveniência para o interesse público. Tal potenciou a otimização das competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho, contribuindo para o incremento da eficácia e eficiência e consequentemente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, potenciando a elevação da motivação das/os trabalhadoras/es.

Nos termos da LTFP, a cada carreira/categoria profissional, constante no mapa de pessoal, deverá corresponder um conteúdo funcional, com descrição das funções e atividades chave segundo as múltiplas áreas de trabalho existentes, com correspondência às atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas (artigo 80º, n.º 1). Em complemento, prevê o artigo 10º do Decreto-Lei nº 121/2008, de 11 de julho, que esta caracterização dos conteúdos funcionais inerentes aos postos de trabalho deverá constar em regulamento interno. No Município de Pamela, tal regulamento encontra-se em vigor desde 1 de janeiro de 2012, precedido de aprovação em sessão da assembleia municipal, realizada em 16 de dezembro de 2011, tendo sido objeto de sucessivas revisões, a última das quais no ano transato.

O Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas referentes aos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal, constitui um instrumento importante de suporte à gestão integrada de recursos humanos, com impacto nas diversas valências de recursos humanos – recrutamento e seleção, reafecção interserviços, avaliação de desempenho e formação profissional – coligindo informação específica e essencial sobre a complexidade funcional, as atividades e as responsabilidades inerentes ao desempenho das funções, em alinhamento com a

missão, atribuições e competências cometidas a cada serviço.

Tendo como referencial o levantamento das necessidades de recursos humanos e a gestão previsional dos postos de trabalho a constar no mapa de pessoal para 2026, atento o atual modelo de organização dos serviços municipais, considera-se pertinente proceder novamente à revisão daquele regulamento (que se anexa), com o propósito de efetuar, designadamente: (i) a criação de áreas funcionais específicas em algumas carreiras e extinção de outras, e atualização dos respetivos descritivos funcionais inerentes a esses postos de trabalho; e (ii) a inserção do conteúdo funcional relativo a trabalhadores/as com vínculo de emprego público da carreira e categoria de assistente operacional, transferidos/as para o mapa de pessoal da autarquia, decorrente da transferência de competências no domínio da saúde para o Município (nos termos do artigo 18º do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro), e em consonância com a lista nominativa de transição dos/as trabalhadores/as provenientes da Unidade Local de Saúde, publicada em diário da república de 12 de agosto de 2025.

Decorre, ainda, de imperativo legal (Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro), para efeito de reconhecimento à atribuição do suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, a trabalhadoras/es integradas/os na carreira de assistente operacional, a necessidade de o mapa de pessoal conter a caracterização dos postos de trabalho das áreas funcionais elegíveis para o efeito, concretamente: (i) recolha e tratamento de resíduos; (ii) tratamento de efluentes; (iii) higiene urbana; (iv) saneamento; (v) procedimentos de inumações, exumações; transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas; (vi) limpeza de canis e recolha de cadáveres animais; (vii) asfaltamento de rodovias, com área de afetação às Divisões de Águas (DA), Infraestruturas e Espaço Público (DIVEP) e Serviços Urbanos (DSU).

Foram ouvidas as organizações representativas das/os trabalhadoras/es, e auscultadas/os dirigentes dos diversos serviços municipais, de modo a refletir os conhecimentos e a visão das/os responsáveis dos diversos serviços municipais, e assim obter uma caracterização precisa e fidedigna da totalidade dos postos de trabalho, com a identificação das respetivas atribuições, funções e atividades.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal de Palmela que, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da referida lei e da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 29.º da LTFP, aprovar o mapa de pessoal para o ano 2026, bem como a revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, em anexo.»

Sobre a proposta Mapa de Pessoal para o ano 2026 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, numerada DAFRH_DRH 01_27-25, intervêm:

O **Sr. Vereador Afonso Brandão** refere que, relativamente ao mapa de pessoal e tendo em conta o que tem ouvido nas reuniões da Câmara Municipal sobre a falta de fiscais municipais, continuam a verificar diariamente situações que não podem continuar a ser permitidas. Nesse sentido, considera que o número de fiscais municipais existentes no quadro de pessoal não é insuficiente para as necessidades do Município.

A **Sra. Presidente** concorda e esclarece que na proposta apresentada pretendem reforçar essa unidade em concreto, recorda que a Câmara Municipal tem um procedimento aberto, mas que não tem sorte com o concurso, e assume que vão continuar a fazê-lo. Considera que se trata das áreas mais necessárias, com requisitos muito importantes e exigentes, pelo que se torna muito difícil existir concorrentes para essa função, sendo que, frequentemente, quem concorre não tem os requisitos necessários. Observa que se trata de uma preocupação, pelo que estão todos juntos nesse objetivo.

Passa a palavra à **Dra. Joana Monteiro**, chefe da Divisão de Recursos Humanos para prestar esclarecimentos mais detalhados.

A Dra. Joana Monteiro intervém, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.

A **Sra. Presidente** reforça que não têm recursos suficientes para as necessidades existentes.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com os votos a favor da CDU, do PS e do CHEGA e a abstenção do PSD. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Atribuição de apoio não financeiros ao movimento associativo cultura, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PROPOSTA N.º DCDJ 01_27-25:

«Considerando que:

- o Município de Palmela, tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, apoia iniciativas que promovam a prática desportiva e cultural como instrumentos para melhorar a condição física, qualidade de vida e saúde das/os cidadãs/ãos, nos termos das alíneas e) f) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre os apoios a entidades legalmente constituídas e atividades de interesse social, cultural, educativo, desportivo e recreativo, conforme disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º RJAL;
- a autarquia valoriza o movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, considerando-o estratégico para uma atitude participativa e inovadora, e para a política sociocultural municipal, desenvolvida em parceria com associações desportivas, juvenis, culturais e artísticas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas candidaturas pelo movimento associativo, as quais, uma vez analisadas, demonstraram cumprir os critérios definidos nas alíneas a) a r) do artigo 16.º do referido regulamento;

propõe-se, ao abrigo do disposto nas alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do RJAL, que a Câmara Municipal aprove os apoios constantes dos quadros seguintes:

1. Apoios em cedência de bens móveis para a atividade de associação cultural:

ASSOCIAÇÕES	ATIVIDADE	APOIOS A ATRIBUIR	DATA da ATIVIDADE	ESTIMATIVA de CUSTOS
Sociedade Filarmónica Humanitária	Réveillon 2025/2026	Cedência de mesas para festa de final de ano	31/12/2025	85,00 €
Total da Estimativa de Custos				85,00 €

2. Apoios em transportes destinados a deslocações de associação desportiva:

ASSOCIAÇÕES	ATIVIDADE	APOIOS A ATRIBUIR	DATA da DESLOCAÇÃO	ESTIMATIVA de CUSTOS
Palmelense Futebol Clube	Participação da equipa de Benjamins B, no jogo de futebol do Campeonato Distrital em Grândola	Cedência de autocarro para 30 pessoas	08/02/2026	425,00 €
Clube Desportivo Pinhalnovoense	Participação da equipa Seniores 2ª Divisão Série A, no jogo de futebol do Campeonato Distrital no Carvalhal	Cedência de autocarro para 25 pessoas	11/01/2026	440,00 €
Clube Desportivo Pinhalnovoense	Participação da equipa de Iniciados Sub.14, no jogo de futebol do Campeonato Distrital em Vila Nova de Santo André	Cedência de autocarro para 25 pessoas	18/01/2026	595,00 €
Clube Desportivo Pinhalnovoense	Participação da equipa Seniores 2ª Divisão Série A, no jogo de futebol do Campeonato Distrital em Santiago do Cacém	Cedência de autocarro para 25 pessoas	25/01/2026	570,00 €
Clube Desportivo Pinhalnovoense	Participação da equipa Seniores 2ª Divisão Série A, no jogo de futebol do Campeonato Distrital em Alcácer do Sal	Cedência de autocarro para 25 pessoas	01/03/2026	370,00 €
Total da estimativa de custos				2.400,00 €

»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

A **Sra. Presidente** informa que a reunião da Assembleia Municipal se realiza hoje e que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente da Assembleia, a mesma terá lugar na sede da Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros", em Palmela, no âmbito do início da rotatividade pelas freguesias.

Termina a desejar a todos um feliz Natal, umas boas festas e um feliz 2026. Endereça o convite para a presença, no dia 4 de janeiro de 2026, no Concerto de Ano Novo e, no dia 6 de janeiro de 2026, nas Janeiras.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, a **Sra. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco